

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE SANTA RITA
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

GIOVANNI CEDRIC DE SOUZA RAMOS

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO:
Corpo estranho no organismo previdenciário

SANTA RITA
2017

GIOVANNI CEDRIC DE SOUZA RAMOS

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO:

Corpo estranho no organismo previdenciário

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, como exigência parcial da obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Dr. Valfredo Aguiar

SANTA RITA

2017

Ramos , Giovanni Cedric de Souza.

R175a Aposentadoria por tempo de contribuição: corpo estranho no organismo previdenciário / Giovanni Cedric de Souza Ramos – Santa Rita, 2017. 58f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba.
Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2017.
Orientador: Profº. Dr. Valfredo de Andrade Aguiar Filho.

1. Previdência Social. 2. Aposentadoria. 3. Tempo de Contribuição. 4. Risco Social. 5. RGPS. I. Aguiar Filho, Valfredo de Andrade. II. Título.

BSDCJ/UFPB

CDU – 364.013

GIOVANNI CEDRIC DE SOUZA RAMOS

**APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO:
Corpo estranho no organismo previdenciário**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Direito do
Centro de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal da Paraíba,
como exigência parcial da obtenção
do título de Bacharel em Ciências
Jurídicas.

Orientador: Prof. Dr. Valfredo Aguiar

Banca Examinadora:

Data de aprovação: _____

Prof. Dr. Valfredo de Andrade Aguiar Filho (Orientador)

Prof. Ma. Alana Ramos Araújo (Examinador)

Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos Santos (Examinador)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a aposentadoria por tempo de contribuição e o risco social. A previdência social foi criada para assegurar a subsistência da pessoa impossibilitada de trabalhar por conta do acometimento de alguns dos riscos sociais previstos em lei. Risco social pode ser conceituado como um evento incerto e involuntário que acarreta a incapacidade, transitória ou permanente, do trabalhador em manter o seu próprio sustento e o de sua família. Todos os benefícios do Regime Geral de Previdência Social cobrem alguma espécie de risco social, neste sentido apenas a aposentadoria por tempo de contribuição é questionada, devido não depender de uma idade mínima, ou qualquer outro requisito para sua concessão, fora o tempo de contribuição. Com o aumento da expectativa de vida do brasileiro, pessoas que se aposentam ainda em idade laboral recebem o benefício por um longo tempo, causando deficit nas contas da previdência. Institutos como o fator previdenciário e a regra 95/85 surgiram como soluções para desestimular as aposentadorias precoces, mas não resolveram o problema da onerosidade da manutenção deste benefício. Pelo fato de se aposentarem cedo, os trabalhadores, em vez de se recolherem aos seus aposentos, continuam exercendo atividade laborativa e contribuindo à previdência, o que os levam a requererem a revisão do benefício pelo fenômeno da desaposentação, abarrotando os tribunais de demandas previdenciárias. Por estes e outros motivos, vários estudiosos do tema são favoráveis à extinção da aposentadoria por tempo de contribuição do RGPS em uma próxima reforma previdenciária.

Palavras-chave: Previdência social. Aposentadoria. Tempo de contribuição. Risco social. RGPS.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyse the retirement by contribution time and the social risk involved. The social security was created to guarantee the subsistence of the people which is disabled to work because of the acquirement of some social risks predicted by the law. Social risk means an uncertain and unintentional event which provokes the incapacity, temporary or permanent, of the worker to support his own and the family maintenance. All the benefits of the Social Security General Regime compensate some kind of social risk, in this case only the retirement by contribution time is questioned, because it not depends of a minimal age, or any other requirement to your concession, excepting the contribution time. With the increase of the expectation of life of the brazilian, people who retire in work age still receive the benefit for a long time, causing deficit on social security's accounts. Institutes like the social security factor and the 95/85 rule arrived as solutions to discourage the premature retirements, but it not solve the problem of the onerous maintenance of this benefit. By the fact of retire themselves early, the workers, instead of move on to their homes, continue in work activity and contributing to social security, which make them to require the benefit revision by the unretirement phenomenon, loading up the courtrooms of social security claims. For this and other reasons, many specialists of the theme are favourable to the extinction of the retirement by contribution time of RGPS in a next social security reform.

Keywords: Social security. Retirement. Contribution time. Social risk. RGPS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAP – Caixa de Aposentadoria e Pensões
CEME – Central de Medicamentos
CF – Constituição Federal
CLPS – Consolidação da Legislação de Previdência Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNPS – Conselho Nacional de Previdência Social
CPS – Conselho de Previdência Social
DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
EC – Emenda Constitucional
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensões
IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência Social
IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais
IAPM – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ORIGEM DA SEGURIDADE SOCIAL	11
2.1 No Mundo	11
2.2 No Brasil	12
2.3 Princípios da Seguridade Social	16
3 A PREVIDÊNCIA SOCIAL	20
3.1 Conceito	20
3.2 Regime Geral de Previdência Social	21
3.3 A Solidariedade	25
3.4 Risco Social	27
3.5 Aposentadorias do RGPS	29
4 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	35
4.1 Histórico do Benefício	35
4.2 O Fator Previdenciário	39
4.3 Regra 95/85	40
4.4 Fenômeno da Desaposentação	41
4.5 Envelhecimento da População Brasileira	44
4.6 Rombo da Previdência	47
4.7 Aposentadoria por Tempo de Contribuição e o Risco Social	48
5 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

A previdência social é um direito conquistado pelo trabalhador para sua proteção e de sua família contra as contingências que na vida possam ocorrer. Integrante de um sistema protetivo maior, o da seguridade social, em que também fazem parte a saúde e a assistência social, a previdência social é organizada sob a forma de regime geral, tem caráter contributivo e sua filiação é obrigatória. Visa prevenir ou amenizar as consequências danosas que os riscos sociais, como velhice, doença, morte etc., possam acarretar ao segurado e seus dependentes.

Por risco social entende-se aquele evento futuro e incerto, de causa involuntária, que tira a capacidade do indivíduo sustentar-se pelo exercício laboral, deixando-o em uma situação de vulnerabilidade.

Para a cobertura dos mencionados riscos, a previdência social criou um plano de benefícios, prestações mensais em dinheiro concedidas ao beneficiário como forma de garantir sua subsistência e dignidade. Dentre eles, temos o benefício da aposentadoria por tempo de contribuição, uma das quatro aposentadorias existentes atualmente no Regime Geral de Previdência Social, que será o foco do nosso estudo.

A aposentadoria por tempo de contribuição é concedida ao segurado que tenha completado 35 anos de contribuição, se homem, e 30, se mulher, reduzidos em 5 anos para professores da educação infantil, e do ensino fundamental e médio, sem a exigência de nenhum outro requisito. Por conta disto, esse benefício tem provocado acirradas discussões sobre a sua compatibilidade com o seguro social.

As prestações concedidas pela previdência, como já exposto, devem cobrir um risco, só quando da ocorrência deste é que surge a obrigação do seguro. A aposentadoria por tempo de contribuição comporta algum tipo de risco social? Pelo fato do trabalhador ter atingido o tempo de contribuição exigido em lei, pode-se presumir que tenha perdido a capacidade laborativa?

Tentar responder estas e outras questões é o objetivo central desta pesquisa. Analisar a existência da aposentadoria por tempo de contribuição, no sistema previdenciário brasileiro, sob o enfoque da contingência social, tema de grande relevância para um Estado que, constitucionalmente, busca a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial de todo o sistema protetivo. E em um ano de reforma da previdência, no qual tanto se fala em expectativa de vida da população e deficit

previdenciário, a aposentadoria por tempo de contribuição passa a ser uma questão prioritária, pois, por não depender de idade mínima, é um incentivo para as aposentadorias precoces, o que tem implicações no equilíbrio entre receitas e despesas.

Buscando estudar a temática proposta, o método de abordagem científica mais apropriado para chegarmos à conclusão da pesquisa foi o dedutivo. Também foram utilizados procedimentos estatístico e comparativo à área de pesquisa. Para construir toda a fundamentação teórica do trabalho, lançamos mão de bibliografia especializada em direito previdenciário e de artigos científicos em sítios da internet, além da Constituição Federal e legislação previdenciária.

Desta forma, o presente estudo foi dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, trataremos sobre a origem e evolução da seguridade social no Brasil e no mundo, referenciando as ações protetivas mais importantes. Também analisaremos a estrutura tripartite da seguridade social brasileira – saúde, previdência e assistência social – e os princípios constitucionais estampados na Carta de 1988, objetivos que o Poder Público deve buscar quando da organização da seguridade.

No capítulo seguinte, conceituaremos o que vem a ser previdência social e os modelos de regimes previdenciários existentes atualmente. Conheceremos o Regime Geral de Previdência Social e as prestações concedidas aos segurados e seus dependentes, com atenção especial às aposentadorias. A solidariedade, princípio basilar da previdência social, será delineada em seção própria, assim como a conceituação de risco social, requisito indispensável à concessão de benefícios no sistema securitário.

E no último capítulo, entraremos na abordagem do objeto do nosso estudo: a aposentadoria por tempo de contribuição. Inicialmente, traçaremos todo o seu desenvolvimento, desde a sua criação com a Lei Eloy Chaves, quando ainda se chamava aposentadoria ordinária, passando por sua reformulação na metade do século XX, como aposentadoria por tempo de serviço, até os tempos atuais, já com a nomenclatura utilizada hoje. Este capítulo também analisará os institutos relacionados à aposentadoria por tempo de contribuição, como o fator previdenciário, a regra 95/85 e o fenômeno da desaposentação. Mais adiante, serão abordadas questões cruciais da previdência social, principalmente quando estamos falando de aposentação, como a expectativa de sobrevida da população brasileira e

o deficit das contas públicas. O último tópico do capítulo será o tema do trabalho em específico, onde analisaremos a existência do risco social na aposentadoria por tempo de contribuição e o posicionamento da doutrina acerca da questão.

Por derradeiro, após analisados todos os aspectos concernentes à aposentadoria por tempo de contribuição, manifestaremos conclusão a respeito da abolição ou não deste benefício da legislação previdenciária.

A aposentadoria por tempo de contribuição é, sem sombra de dúvidas, o mais criticado de todos os benefícios existentes na previdência social. Isento de qualquer inclinação política, este estudo visa compreender se nessa aposentadoria há ou não um risco social palpável que justifique sua existência e, se não apresentado, quais as consequências advindas disso para todo o sistema securitário.

2 ORIGEM DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 No Mundo

A origem do que podemos chamar de seguridade social é bem remota, mas se considerarmos a primeira manifestação estatal, data do ano de 1601, na Inglaterra, quando foi editada a Lei dos Pobres (Poor Relief Act). Essa primeira experiência de proteção securitária, tinha mais um aspecto assistencial, com a constituição de auxílios e socorros públicos aos necessitados, de competência da igreja que recebia contribuições obrigatórias e distribuía aos pobres, visando combater a miséria. Foi o primeiro ato de assistência social no mundo (PAULA, 2008).

Em relação à previdência social, o primeiro sistema de seguridade social foi instituído pelo chanceler Otto Von Bismarck, na Prússia, em 1883. Foi criado o seguro doença em favor dos assalariados que era custeado pelos empregados, empregadores e Estado. Em 1884, foi instituído o seguro acidente e, em 1889, seguro contra invalidez e velhice. Esse sistema securitário é considerado o marco inicial da previdência social no mundo. Além de custeado de contribuições tripartites – empregado, empregador e Estado – sua organização e gestão era de responsabilidade do próprio Estado.

Sendo a Alemanha o primeiro país a adotar seguro social obrigatório, outros países europeus seguiram o exemplo e editaram suas primeiras leis de proteção social. A Inglaterra, com seu Workmen's Compensation Act, criou seguro obrigatório contra acidentes de trabalho e, posteriormente, uma pensão aos maiores de 70 anos, independente de qualquer contribuição ao sistema, chamada de “Old Age Pensions”.

Com o surgimento do Constitucionalismo Social, em que os países começaram realmente a se preocupar com os direitos sociais, trabalhistas e econômicos, matérias previdenciárias passaram a ser incluídas em seus textos constitucionais. A primeira a tratar sobre o tema foi a Carta Mexicana, de 1917, seguida da Constituição da União Soviética, de 1918, e da República de Weimar, de 1919.

Relata Ivan Kertzman (2012, p. 47-48) que, com a crise de 1929 e a implantação da política do New Deal, do presidente Franklin Delano Roosevelt,

inspirada no Estado do Bem-Estar Social (Welfare State), que pregava uma maior intervenção do Estado na economia, além de profundas reformas sociais, houve um programa de investimentos nas áreas de saúde, assistência social e previdência social nos Estados Unidos. Com isso, o Parlamento norte-americano aprovou o Social Security Act, proteção social aos idosos, e institui um auxílio-desemprego.

Em meio à Segunda Guerra Mundial, o economista inglês William Beveridge foi escolhido para reorganizar o sistema de seguro social na Inglaterra. Disto resultou o Plano Beveridge que marcou a estrutura da seguridade social moderna, com participação de todas as categorias de trabalhadores em seu custeio. Agora não mais o Estado cuidava apenas da previdência social, mas também de ações nas áreas de saúde e assistência social.

Para fechar essa breve análise dos eventos mais marcantes na evolução da proteção securitária no mundo, Marcelo Leonardo Tavares (2012) cita que na Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral da ONU, de 1948, a proteção previdenciária ganhou destaque especial em seu art. 25. No capítulo referente aos direitos econômicos, sociais e culturais, a Carta trouxe o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias imprevistas.

2.2 No Brasil

A seguridade social surgiu no Brasil por iniciativa, primeiramente, da organização privada para que depois ocorresse a participação do Estado com ações intervencionistas nesta área. Entidades pioneiras de atuação na seguridade social foram as Santas Casas de Misericórdia, como a de Santos, onde, em 1543, criaram pensões para seus empregados, além da prestação de serviços de assistência social (KERTZMAN, 2012, p. 48).

Já na primeira Constituição Brasileira, de 1824, temos previsão de seguridade social com a instituição, em seu artigo 179, inciso XXXI, dos socorros públicos.

O Montepio Geral dos Servidores do Estado (Mongeral), no ano de 1835, ficou conhecido como a primeira entidade de previdência privada no Brasil.

A aposentadoria por invalidez viria a surgir na Constituição de 1891, destinada aos servidores públicos a serviço da nação.

O Decreto nº 3.724, no ano de 1919, instituiu um seguro obrigatório em caso

de acidentes de trabalho, além de indenização paga pelo empregador ao trabalhador acidentado (KERTZMAN, 2012, p. 48).

Considerado o marco da previdência social brasileira, a Lei Eloy Chaves – Decreto Legislativo 4.682/1923 – criou Caixas de Aposentadoria e Pensões – CAP'S – para os empregados das ferrovias, custeado pelos empregados, empregadores e Estado (KERTZMAN, 2012, p. 49).

Apesar de não ter sido a primeira norma previdenciária brasileira, a Lei Eloy Chaves – homenagem ao Deputado Eloy Chaves, autor do projeto – é vista pela doutrina majoritária como o ato legislativo que efetivamente implantou a previdência social no Brasil. Concedia os seguintes benefícios: aposentadoria por invalidez, pensão por morte aos dependentes, assistência médica e aposentadoria ordinária (atual aposentadoria por tempo de contribuição), condicionada à idade mínima de 50 anos com 30 de serviço do empregado ferroviário.

Ainda na década de 20, o sistema de Caixas de Aposentadoria e Pensão foi ampliado para abarcar outras empresas de ramos de atividades diferentes, como portuários, marítimos, mineração etc. Cada empresa organizava sua CAP. Nos anos 30 já tínhamos mais de 180 Caixas de Aposentadoria e Pensões no Brasil, o que foi preciso a intervenção do Estado para organizar esses fundos previdenciários. Assim, as CAP'S existentes à época, foram reunidas por categoria profissional com a criação de Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAP'S. Essas autarquias federais, de âmbito nacional, abarcavam um quantitativo de segurados muito superior às CAP'S, sendo o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos – IAPM (1933), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários – IAPC (1934) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB (1934), as primeiras que se formaram.

A Constituição Brasileira de 1934 previu a competência da União para estabelecer as regras de assistência social, deixando para os Estados-membros a competência nas áreas de saúde e assistência pública. Foi a primeira Constituição a trazer a tríplice forma de custeio da Seguridade Social, com contribuições dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo (KERTZMAN, 2012, p. 49-50).

Já a Constituição de 1937 foi a primeira que utilizou o termo seguro social, mas não trouxe novidades significativas no tocante aos direitos sociais.

Foi com a Constituição de 1946 que se começou a utilizar a expressão previdência social no lugar de seguro social. Eram garantidas proteções contra

invalidez, doença, velhice e morte. Em seu artigo 5º, inciso XV, estabelecia a competência da União para legislar sobre previdência social, autorizando a competência legislativa suplementar dos Estados.

No ano de 1960 surge a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS, que fez a unificação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAP'S, existentes à época, em uma só legislação de regência (PAULA, 2008).

Não encontraremos muitos progressos, em relação à Seguridade Social, na Constituição de 1967, excetuando-se a criação do auxílio-desemprego.

No mesmo ano, o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, criado pelo Decreto-Lei 72/66, entrando em vigor em 1967, unificou todos os IAP'S, consolidando o sistema de Previdência Social no Brasil (KERTZMAN, 2012, p. 50).

Em 1977, o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – foi criado para integrar as áreas de assistência social, saúde, previdência social e a gestão de entidades ligadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social. O SINPAS era dividido em sete órgãos: INPS – Instituto Nacional de Previdência Social – autarquia que administrava os benefícios; FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – responsável por promover a política social do menor; DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – gerencia os sistemas de informática da previdência; CEME – Central de Medicamentos – responsável pela distribuição de medicamentos; IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência Social – autarquia que arrecadava e fiscalizava as contribuições; INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – cuidava da saúde; e LBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência – fundação que cuidava da assistência.

Destes órgãos, o único que ainda existe é a DATAPREV, todos os outros foram extintos ou se juntaram para criação de outra entidade, como ocorreu com a fusão do IAPAS com o INPS, que deu origem ao INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

A Constituição Federal de 1988 reuniu as três atividades da Seguridade Social (saúde, previdência social e assistência social), em seu artigo 194, da seguinte maneira: “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Fábio Zambitte Ibrahim (2008, p. 4) traz o conceito de seguridade que bem

exemplifica a determinação desse artigo:

A seguridade social pode ser conceituada como a rede protetiva formada pelo Estado e por particulares, com contribuições de todos, incluindo parte dos beneficiários dos direitos, no sentido de estabelecer ações positivas no sustento de pessoas carentes, trabalhadores em geral e seus dependentes, providenciando a manutenção de um padrão de vida.

Já Eliane Romeiro Costa (1996, p. 4) a conceitua da seguinte maneira:

Em termos gerais, Seguridade Social é definida como o conjunto de políticas e ações articuladas com o objetivo de amparar o indivíduo e/ou grupo familiar ante os eventos e contingências da vida: morte, doença, incapacidade física, desemprego, aposentadoria, ou ainda, a criação de grande número de benefícios assistenciais sem a necessária cobertura da fonte de custeio. Representa manifestação da solidariedade, a partir da técnica de repartição dos recursos. Instrumento econômico de distribuição de rendas, modalidade securitária para enfrentar os riscos ligados ao trabalho. Também é forma de poupança compulsória. A universalidade respeita os direitos adquiridos, a uniformidade dos benefícios e a obrigatoriedade do recolhimento.

O subsistema da saúde, antes vinculado ao extinto INAMPS, passou a ser de incumbência do Sistema Único de Saúde – SUS, assegurado a quem dela necessite, independentemente de contribuição. Também a assistência social independe de contribuição do beneficiado, e é prestada às pessoas carentes, como forma de assegurar o mínimo existencial, registrando-se a criação do Benefício de Prestação Continuada que garante um salário-mínimo ao idoso e ao portador de deficiência sem recursos para prover sua própria subsistência ou tê-la provida por sua família.

Com a Constituição vigente, a previdência social passou a ser a única modalidade protetiva, do tripé que forma a seguridade social, a exigir contribuição dos segurados para que estes e seus dependentes tenham direito aos benefícios e serviços.

Estruturada a seguridade social pela CF/88, tivemos, posteriormente, a regulamentação do sistema securitário em 4 leis específicas: Lei nº 8.2012, de 24 de julho de 1991, que criou o Plano de Organização e Custeio da Seguridade Social; Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que instituiu o Plano de Benefícios da Previdência Social; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispôs sobre a saúde; e Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que tratou sobre a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. O Decreto nº 3.048 (Regulamento da Previdência Social), de 6 de maio de 1999, fez a reunião das normas de custeio e das

prestações previdenciárias (TAVARES, 2012).

Para fechar essa seção, trazemos à baila o que Anníbal Fernandes (1987, p. 24) escreveu sobre a definição de seguridade social, valendo-se do conceito oferecido pela OIT:

No essencial pode ser entendida como a proteção que a sociedade proporciona aos seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais, que de outra forma levariam ao desaparecimento ou a uma forte redução de gastos. São consequências da enfermidade, do acidente do trabalho ou moléstia profissional, desemprego, invalidez, velhice e morte. Há também a proteção sob a forma de assistência médica e ajuda às famílias com filhos.

2.3 Princípios da Seguridade Social

O parágrafo único do art. 194, da Constituição Federal de 1988, traz os princípios constitucionais da seguridade social, princípios estes que são tratados como os objetivos que devem ser observados pelo Poder Público quando da sua organização:

Art. 194. [...]

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

O inciso I trata do princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, definido como o dever da seguridade atender a todos e cobrir todos os eventos de contingência social. Este princípio possui dupla dimensão, uma subjetiva e outra objetiva. A universalidade subjetiva impõe o dever ao Estado garantir a qualquer pessoa que se encontre no território brasileiro os direitos assegurados pela seguridade social. Já a universalidade objetiva diz respeito às situações de risco social, reparando suas consequências e prevenindo novas ocorrências (CUNHA JÚNIOR; NOVELINO, 2010).

O inciso II, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às

populações urbanas e rurais, prega que não se deve ter discriminação de tratamento entre urbanos e rurais, como se fazia no passado, quando os trabalhadores rurais recebiam um benefício muito ínfimo, abaixo do salário-mínimo. Mas mesmo o constituinte buscando reduzir as desigualdades entre urbano e rural, previu algumas regras diferenciadas em favor deste último, como poder aposentar-se por idade com 60 anos, homem, e 55 anos, mulher.

O inciso III traz a previsão da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. A seletividade na prestação dos benefícios e serviços implica a concessão dos benefícios e serviços apenas aos que realmente necessitam. Este princípio seleciona os riscos sociais carecedores de proteção, de modo que, por exemplo, escolhida a invalidez como risco a ser coberto, todos os segurados que se encontrarem nesta situação farão jus à proteção securitária. Já a distributividade desses benefícios e serviços é a forma que a seguridade social funciona, distribuindo recursos para quem precisa de proteção; consiste em uma melhor distribuição de renda.

O inciso IV prevê que os benefícios não podem sofrer redução. É o que garante a irredutibilidade do valor dos benefícios, que tem por finalidade impedir que os beneficiários tenham o seu poder de compra diminuído pelo achatamento do valor de aposentadorias, pensões etc. Para isso, é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los em caráter permanente o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, §4º, da CF/).

O que objetiva o inciso V é a equidade na forma de participação no custeio, ou seja, a isonomia de tratamento entre os contribuintes. Quem tiver mais capacidade contributiva deve arcar com valores maiores do que os que não possuem a mesma condição. Segundo Ivan Kertzman (2012, p. 62), podemos perceber reflexos deste princípio na progressividade de alíquota de contribuição de determinados segurados ou bases de cálculo diferenciadas a depender do ramo de atividade da empresa.

A diversidade de base de financiamento, do inciso VI, está umbilicalmente ligada à previsão de que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta. Para cumprir com essa determinação, o Poder Público deve buscar as mais diversas bases de financiamento para prover os recursos necessários à manutenção do sistema securitário e diminuir os seus riscos financeiros. Sebastião Faustino de Paula (2008) dirá que pode ser objetiva, no que

se refere aos fatos geradores da contribuição social, e subjetiva, quando se tratar das pessoas que fazem parte do financiamento da seguridade.

Por fim, o inciso VII, que estabelece o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados, é reflexo do princípio da democracia participativa do art. 1º, parágrafo único, da CF. Não só o Governo, mas os representantes dos trabalhadores, empregadores e aposentados têm garantida sua participação nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. Órgãos como o Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Conselho de Previdência Social – CPS, dentre outros, foram criados com base nesse princípio.

Além desses princípios constitucionais expressos, temos um implícito, considerado de grande importância para se conhecer toda a estrutura de funcionamento da seguridade, que é o princípio da solidariedade.

A solidariedade será estudada mais adiante, quando entrarmos no estudo da previdência social, por este princípio estar mais ligado ao regime contributivo. De início, podemos dizer que, com base nela, a Constituição atribui o financiamento da seguridade social a toda a sociedade. Previsão do art. 195:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: [...].

É a forma tríplice de custeio da seguridade social, com financiamento do Governo, das empresas e dos trabalhadores.

Os empregadores e empresas são obrigados a contribuir sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos aos trabalhadores por eles contratados, incidindo, ainda, contribuição sobre receita ou o faturamento e o lucro da atividade empresarial, previsão do art. 195, I, “a”, “b” e “c”, da CF.

Os trabalhadores contribuem para a seguridade social sobre os rendimentos do trabalho, exceção feita ao produtor rural que trabalhe em regime de economia familiar, que contribui com um valor sobre a comercialização da sua produção.

Há ainda o financiamento das ações de seguridade com contribuições sobre a receita de concursos de prognósticos, as famosas loterias.

No breve apanhado de fatos históricos ligados à evolução do sistema securitário, começando em suas origens no mundo até seu presente disciplinamento na CF de 88, pudemos perceber o quanto o Estado e a sociedade foi se preocupando, de modo cada vez crescente, em socorrer os mais necessitados e cobrir as mais diversas contingências sociais – seja em forma de um atendimento de saúde ao enfermo, um serviço assistencial ao mais carente ou um benefício previdenciário ao trabalhador incapacitado de continuar sua atividade laborativa.

Mas também não devemos esquecer que todas essas ações de seguridade social necessitam de recursos para se efetivarem. E sabemos que as necessidades são ilimitadas e os recursos limitados. Esse adágio se torna de vital importância quando falamos da previdência social, único ramo da seguridade que exige contribuição preexistente do beneficiário, estudada no capítulo seguinte.

3 A PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.1 Conceito

Previdência social é sinônimo de seguro social. Pode ser conceituado como seguro que garante a renda do trabalhador e de sua família quando da perda, temporária ou permanente, de sua capacidade laborativa decorrente dos riscos sociais. É a proteção do segurado e de seus dependentes dos infortúnios e contingências sociais que estes vierem a sofrer.

Sérgio Pinto Martins (2004, p. 91) define previdência social da seguinte maneira:

É a Previdência Social um conjunto de princípios, normas e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência ao segurado e sua família, quando ocorrer certa contingência prevista em lei.

A lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, Lei Orgânica da Seguridade Social, traz a sua finalidade:

Art. 3.º A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

No Brasil, atualmente temos três tipos de regimes previdenciários, considerados estes aqueles que ofereçam, no mínimo, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte aos seus filiados. Os regimes existentes são: Regime Geral de Previdência Social – RGPS; Regime Próprio de Previdência Social – RPPS; e Regime de Previdência Complementar.

Neste estudo será abordado o Regime Geral de Previdência Social, regime previdenciário que abarca todos os trabalhadores do setor privado, maiores de 16 anos, desde que não estejam filiados a Regime Próprio de Previdência Social. Servidores públicos não participantes de regime próprio também serão, obrigatoriamente, filiados ao RGPS. E podem se filiar, facultativamente, aqueles que não exercem atividade remunerada, nem sejam filiados a regime próprio, e optem pela cobertura do RGPS.

Ao Regime Próprio de Previdência Social serão filiados os servidores

estatutários, ou seja, todos os servidores da União, dos Estados e dos Municípios que organizam o seu pessoal de acordo com um estatuto próprio (KERTZMAN, 2012, P. 44). Os exercentes de cargo em comissão ou de função temporária no serviço público serão, obrigatoriamente, filiados ao regime geral, caso não ocupantes de cargo efetivo.

Já o Regime de Previdência Complementar pode ser público ou privado. A previdência complementar pública tem por objetivo complementar a renda dos servidores públicos em suas aposentadorias e pensões. A previdência complementar privada, de acordo com o *caput* do art. 202, da CF, têm caráter facultativo e é organizada de forma autônoma em relação ao RGPS, instituindo planos privados de concessão de benefícios assemelhados aos deste.

Apesar de o Regime Geral de Previdência Social abarcar os trabalhadores do setor privado e servidores públicos não filiados a regime próprio, é um regime de natureza estritamente pública, pois é administrado pelo INSS, com fiscalização da Receita Federal do Brasil.

3.2 Regime Geral de Previdência Social

A Constituição Federal previu, em seu art. 201, a organização e os objetivos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

- I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no §2º.

Diferentemente do regime complementar de previdência, que tem sua filiação facultada à vontade do indivíduo, o *caput* do art. 201 da CF previu a filiação obrigatória ao regime geral. No momento em que o trabalhador exerce atividade laborativa já está automaticamente vinculado ao sistema protetivo, independentemente de qualquer contribuição ou manifestação de vontade. Mas mesmo aqueles que não estão no mercado de trabalho podem se filiar ao RGPS como segurado facultativo, sendo maior de 16 anos de idade e desde que não

participante de Regime Próprio de Previdência Social.

Dessa forma, os segurados se dividem em duas espécies: obrigatórios e facultativos. Segurado obrigatório é o trabalhador da iniciativa privada ou servidor não participante de regime próprio de previdência, compulsoriamente filiado ao RGPS e obrigado a contribuir. São os empregados em geral, os empregados domésticos, os contribuintes individuais, os trabalhadores avulsos e o segurado especial. Já segurado facultativo, aquele que, sem exercer atividade laborativa remunerada, decida ser protegido pelo sistema securitário, podemos citar como exemplo o estudante e a dona de casa.

A contribuição é imprescindível para que o trabalhador tenha direito às prestações previdenciárias. Este caráter contributivo é o que diferencia a previdência social dos outros subsistemas não-contributivos, saúde e assistência social, onde o indivíduo terá acesso à proteção independentemente de contribuição. E para assegurar o pagamento de benefícios àqueles que contribuíram com a previdência social, o sistema deve atender a critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Esta regra constitucional da previdência visa manter a harmonia no sistema, estabelecendo uma correlação entre os benefícios previdenciários e as respectivas fontes de custeio.

O equilíbrio financeiro importa a não ocorrência de saldo negativo, no fundo previdenciário, após feita a arrecadação e pago os benefícios. Daí surge a importância da indicação da fonte de custeio para a criação ou majoração de benefícios e a preexistência, em regra, de contribuições para o segurado fazer jus às prestações, evitando-se um deficit nas contas públicas.

Já o equilíbrio atuarial diz respeito à Atuária, ciência dedicada aos cálculos feitos por companhias de seguro de vida. Com sua aplicação à previdência, é possível a elaboração de medidas que melhor adequem-se ao sistema securitário, mantendo seu equilíbrio financeiro, utilizando de variáveis como número de segurados no sistema, envelhecimento e expectativa de vida ao nascer da população etc. Consigne-se as palavras de Fábio Zambitte Ibrahim (2008, p. 38) sobre equilíbrio financeiro e atuarial:

Sucintamente, pode-se entender o equilíbrio financeiro como o saldo zero ou positivo do encontro entre receitas e despesas do sistema. Seria, pois, a manutenção do adequado funcionamento do sistema no momento atual e futuro, com o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, decorrentes de pagamentos de benefícios previdenciários. Para tanto, o administrador do sistema previdenciário, deve preocupar-se com a garantia da

arrecadação, evitando, de toda forma, flutuações danosas ao equilíbrio de contas.

Já o equilíbrio atuarial diz respeito à estabilização de massa, isto é, ao controle e prevenção de variações graves no perfil da clientela, como, por exemplo, grandes variações no universo de segurados ou amplas reduções de remuneração, as quais trazem desequilíbrio ao sistema inicialmente projetado.

Segundo Marcelo Leonardo Tavares (2012), podemos tratar o equilíbrio financeiro e atuarial como um princípio fundamental na estrutura de qualquer seguro. Com sua aplicação, chegamos a uma certa equivalência entre receitas e despesas para a sustentabilidade econômica do sistema. Os valores que ingressam devem ser suficientes para cumprir com os gastos das prestações.

Os incisos I ao V, do artigo 201 da Constituição Federal, trazem os objetivos da Previdência Social, e, para atendê-los, a Lei 8.213/1991 – Lei de Benefícios do RGPS – instituiu alguns benefícios previdenciários (prestações pagas em dinheiro aos segurados e seus dependentes). Além de benefícios, o RGPS também concede alguns serviços aos seus segurados, estes sem natureza pecuniária.

As prestações compreendidas pelo Regime Geral de Previdência Social são expressas em benefícios e serviços. As prestações são o gênero, do qual são espécies os benefícios e serviços. Benefícios são valores pagos em dinheiro aos segurados e dependentes. Serviços são bens imateriais postos à disposição do segurado, como habilitação profissional, serviço social, assistência médica etc. (MARTINS, 2004, p. 101).

No inciso I do art. 201 da CF temos a proteção contra doença, invalidez, morte e idade avançada.

Para cobrir os eventos de doença, a Lei de Benefícios prevê o auxílio-doença, concedido ao segurado que ficar incapacitado de exercer o seu trabalho ou atividade habitual, por mais de quinze dias, por motivo de doença ou decorrente de acidente de qualquer natureza.

Eventos de invalidez serão cobertos pela aposentadoria por invalidez, benefício pago ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, ficar incapacitado para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade de que lhe garanta a subsistência.

Em caso de morte do segurado, aposentado ou não, temos o benefício da pensão por morte devido ao cônjuge ou companheiro e demais dependentes.

Para a hipótese de idade avançada, prevê a lei a aposentadoria por idade, garantida ao homem, com 65 anos de idade, e à mulher, com 60 anos de idade,

reduzidos 5 anos quando trabalhador rural, ambos os sexos.

Em atendimento à proteção da maternidade, especialmente à gestante, do inciso II, do art. 201 da CF, a Lei de Benefícios criou o salário-maternidade, devido à segurada durante 120 dias, com início 28 dias antes e término 91 dias depois do parto. Devido também à segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.

A proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário, do inciso III, é disciplinado não pela Lei de Benefícios do RGPS, mas sim pela Lei 7.998/90. Neste caso existe o seguro-desemprego.

Os benefícios do inciso IV, salário-família e auxílio-reclusão, são destinados aos segurados de baixa renda.

O salário-família é assegurado ao empregado, inclusive o doméstico, e ao trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, menores de 14 anos de idade ou inválidos de qualquer idade.

Já o auxílio-reclusão será pago aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.

Além destas prestações previdenciárias, a Lei 8213/91 ainda previu o auxílio-acidente e mais duas aposentadorias, especial e por tempo de contribuição.

O auxílio-acidente é um benefício oferecido como indenização ao segurado empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e ao segurado especial, que sofrerem lesões ou apresentarem sequelas de acidente de qualquer natureza, implicando em redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

À aposentadoria especial terá direito o trabalhador que exerce trabalho sujeito a exposição contínua e habitual a agentes nocivos, físicos, químicos ou biológicos, durante 15, 20 ou 25 anos. Representa a exceção presente no §1º do art. 201 da Constituição, que diz ser vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Por fim, a aposentadoria por tempo de contribuição é devida ao segurado com 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher, reduzidos em cinco anos para o professor que comprova, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental ou

no ensino médio. Este benefício causa polêmicos debates na seara previdenciária, principalmente pelo fato de especialistas não enxergarem risco social, destoando dos demais benefícios do sistema securitário.

3.3 A Solidariedade

Além de todos os princípios expressos da seguridade social, existe um que não está previsto no parágrafo único, do art. 194, da Constituição Federal. É o princípio de solidariedade. Podemos encontrá-lo como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil (art. 3.º, I, CF/88). Sérgio Pinto Martins (2004, p. 29) escreve:

O princípio da solidariedade não tem previsão expressa na Constituição, mas está implícito no inciso I do art. 3º da Lei Maior, quando determina que a República Federativa do Brasil tem como objetivo fundamental “construir uma sociedade livre justa e solidária”.

Apesar de ser um princípio de toda a seguridade social, Ivan Kertzman (2012, p. 56) explica que a solidariedade é mais aplicável à Previdência Social por ser o único ramo contributivo daquela. É o pilar de sustentação do regime previdenciário, visto que impõe a contribuição para a seguridade social dos trabalhadores ativos de forma a custear os benefícios dos inativos, mantendo o equilíbrio entre contribuições e contraprestações.

Para a compreensão da existência desse princípio no RGPS, temos que conhecer primeiro as formas de como se organizam os sistemas previdenciários. Quanto à sua forma de organização, os sistemas de Previdência Social são classificados basicamente de duas maneiras: sistema de repartição simples e sistema de capitalização.

No sistema de repartição simples, temos um modelo em que as contribuições atuais dos segurados são utilizadas para cobrir as prestações dos aposentados e pensionistas do presente. É um verdadeiro pacto social de gerações, onde a geração ativa financia a geração inativa. Não é um financiamento individual, em que o segurado contribui para seu próprio benefício. Miguel Horvath Júnior (2012, p. 85) esclarece como se dá esse sistema:

No momento da contribuição, é a sociedade quem contribui; no momento da percepção da prestação, é o indivíduo quem usufrui. Daí vem o pacto de

gerações ou princípio da solidariedade entre gerações. Os não necessitados hoje, contribuintes, serão os necessitados de amanhã, custeados por novos não necessitados que surgem.

Já a professora Eliane Romeiro Costa (1996, p. 4) trata a repartição simples e o pacto de gerações como conceitos equivalentes:

O sistema de repartição ou pacto de gerações promove o pecúlio social, na medida em que os ativos de hoje contribuem para os futuros jubilados, como uma corrente. Em outras palavras, o valor do benefício é condicionado ao volume de recursos que entram no sistema em decorrência das contribuições.

O sistema de capitalização está baseado na ideia de poupança individual. Cada trabalhador verterá contribuições que serão depositadas em uma conta própria, acumuladas durante toda a vida ativa deste. Quando chegar o momento de sua aposentadoria, poderá receber todo o valor contribuído para o sistema previdenciário.

Com essa rápida explicação, das formas de organização dos sistemas previdenciários, concluímos que o RGPS adotou o sistema de repartição simples, pois, nele, o indivíduo não só contribui para sua própria proteção, isoladamente, mas para a proteção de toda a sociedade. “É privação momentânea de todos em favor de alguns necessitados; os não necessitados de hoje, contribuintes, serão os necessitados de amanhã, custeados por novos não necessitados que surgem.” (MARTINEZ, 1985, 64).

É neste sentido que encontramos a solidariedade que fundamenta a previdência social pública. Kertzman (2010) exemplifica o espírito do sistema: “Em um sistema solidário, as contribuições para a previdência social são vertidas como espécie de prêmio de seguro que deve objetivar a cobertura dos riscos sociais”.

O trabalhador disponibiliza parte de seu patrimônio, mesmo que não venha a receber algum benefício em troca. Para que tenha oportunidade de usufruir dos benefícios e serviços, oferecidos pela Previdência Social, deve o segurado sofrer alguma contingência social, como doença, invalidez, idade avançada etc., ausente esta, não irá se beneficiar destas prestações. Apesar disso, com suas contribuições, está ajudando na manutenção do sistema, para que aquele outro segurado, vítima dos riscos sociais, seja socorrido por meio da concessão de um benefício previdenciário. Mais uma vez Kertzman (2010):

Pode-se afirmar que a solidariedade é o espírito que deve orientar a seguridade social, de forma a que não haja, necessariamente, paridade entre contribuições e contraprestações securitárias. Através dele, tem-se em vista não a proteção de indivíduos isolados, mas de toda a coletividade.

Também o professor Fábio Zambitte (2008, p. 55) trata a solidariedade da seguinte maneira:

A solidariedade é a justificativa elementar para a compulsoriedade do sistema previdenciário, pois os trabalhadores são coagidos a contribuir em razão da cotização individual ser necessária para a manutenção de toda a rede protetiva, e não para a tutela do indivíduo, isoladamente considerado.

Desse modo, o princípio da solidariedade justifica a situação, por exemplo, daquele segurado que recolheu contribuições durante 30 anos e veio a falecer sem ter se aposentado, ou requerido qualquer outro benefício, nem tinha dependentes para deixar pensão por morte, e daquele outro que sofre um acidente aos 20 anos de idade, ficando incapacitado permanentemente para o trabalho, passando a receber aposentadoria por invalidez por toda a vida, tendo só contribuído por alguns meses.

Na doutrina de Sérgio Pinto Martins (2004, p. 29):

A solidariedade é essencial à seguridade social, pois os ativos devem contribuir para sustentar os inativos. As contingências são distribuídas igualmente a todas as pessoas do grupo. Quando uma pessoa é atingida pela contingência, todas as outras continuam contribuindo para a cobertura do benefício do necessitado.

Solidariedade é a contribuição da maioria em benefício da minoria; é neste princípio que repousa o Regime Geral de Previdência Social. Princípio que tem ligação direta com o chamado risco social, conceito inerente à previdência social, analisado em seguida.

3.4 Risco Social

A previdência social, como subsistema da seguridade social, tem por finalidade cobrir os riscos sociais que o trabalhador vier a sofrer durante sua vida laboral. Podemos conceituar risco como a possibilidade de um evento futuro e incerto, de ocorrência involuntária, capaz de produzir um dano ao indivíduo, tolhendo sua capacidade de trabalho. É o risco a que o trabalhador está exposto de ficar impossibilitado de ganhar o seu salário por causa de eventos traumáticos e/ou

incapacitantes.

Na definição de Kertzman (2010), o risco social é “a possibilidade de o segurado ficar sem condições de prover o próprio sustento e o de sua família. Neste momento, o segurado deve ser suportado pelo braço do Estado representado pela Previdência Social”.

Se ocorrer algum dos riscos sociais, expressos em lei, o indivíduo fará jus à proteção estatal. Agora, se o trabalhador passar toda a sua vida ativa contribuindo, sem que se apresente qualquer dos riscos que motive a percepção da prestação previdenciária, este nada receberá, nem pensão por morte se, ao tempo de seu falecimento, não tiver cônjuge, companheiro ou companheira, ou demais dependentes.

Há autores que diferenciam o risco da contingência. Segundo eles, na contingência social há a ausência de dano e não será, necessariamente, involuntária, características que o risco social possui.

A diferença preponderante entre risco e contingência social consiste na ausência do elemento voluntariedade do dano (no sentido de prejudicialidade) em alguns eventos protegidos como, por exemplo, a maternidade, os benefícios de encargos familiares. Assim, contingência social vem a ser evento capaz de produzir a perda ou redução dos recursos necessários para a manutenção do beneficiário ou o aumento de gastos. (HOVARTH JÚNIOR, 2012, p. 94).

Já temos outros doutrinadores que os consideram como expressões sinônimas, pois tanto a contingência social como o risco social são situações e eventos abrangidos pela cobertura da previdência social. Situações previstas em lei, escolhidas pelo Estado para receber a proteção securitária. Dessa forma, independente da natureza dos conceitos, ambos são semelhantes no que diz respeito a sua ocorrência.

Entendemos que não seja relevante traçar uma diferenciação entre risco e contingência, pois o que importa é a necessidade social a que a previdência busca socorrer. Por ter se consolidado há mais tempo, neste trabalho utilizaremos mais a expressão risco social, mas sem furtarmos de também nos servir da expressão contingência social, que vem ganhando cada vez mais adeptos entre especialistas do tema. Aduz Fábio Zambitte Ibrahim (2008, p. 23):

Em um conceito restrito, os riscos sociais cobertos pelos regimes protetivos são as adversidades da vida a que qualquer pessoa está submetida, como o risco de doença ou acidente, tanto quanto eventos previsíveis, como idade

avançada – geradores de impedimento para o segurado providenciar sua manutenção.

Portanto, quando se concede uma prestação ao segurado, deve este estar numa situação de risco, de vulnerabilidade, incapacitado para seu trabalho ou atividade habitual. Seguindo esta lógica, o benefício previdenciário é fundamentado na existência do risco social. Foi para isso que a previdência social foi criada, concebida como um seguro para proteger o trabalhador nas situações de impossibilidade de trabalho em decorrência dos riscos da vida. Situações geralmente imprevisíveis, que merecem o amparo previdencial sob a forma de um seguro social mantido por todos, com base na solidariedade.

O professor Celso Barroso Leite, em obra conjunta com o ministro Luiz Paranhos Veloso (1963, p. 52), utilizou uma interessante divisão dos riscos sociais que vale a pena citar para fins de estudo:

A previdência social, portanto, é um serviço público destinado à cobertura dos riscos sociais. O conjunto dos riscos sociais cobertos varia de país para país, ou, melhor, de um para outro sistema previdenciário. De modo geral, porém, e sem preocupação de apurar se este ou aquele regime nacional abrange todos ou apenas alguns, e neste caso quais deles, desde logo podemos dividir tais riscos em dois grandes grupos:

- a) os decorrentes de eventos inelutáveis, como a incapacidade para o trabalho e a morte; e
- b) os decorrentes de eventos aleatórios que podem vir ou não a incidir sobre determinada pessoa abrangida pela previdência social, como a doença, o desemprego, o aumento da família.

Na previdência social brasileira foram eleitos riscos sociais a doença, a invalidez, a velhice, o acidente de trabalho, o desemprego, a morte, a reclusão e a maternidade. Além destes eventos, o tempo de contribuição também é albergado pela proteção securitária, o que gera discordância na área previdenciária, questão que será debatida mais à frente.

3.5 Aposentadorias do RGPS

No Regime Geral de Previdência Social temos quatro espécies de aposentadoria atualmente, que são: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e aposentadoria por tempo de contribuição.

A aposentadoria por invalidez protege o segurado contra a contingência social da invalidez. É o cumprimento do atendimento da cobertura da invalidez que o inciso

I, do art. 201, da CF, prevê. Os arts. 42 a 47 da Lei de benefícios da previdência social (Lei 8.213/91), e os arts. 43 a 50 do Decreto 3.048/99, trazem seu disciplinamento. Vejamos o art. 43 do Decreto-Lei:

Art. 43. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida a carência exigida, quando for o caso, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

Este benefício será pago àquele segurado que ficar incapaz para o trabalho de forma permanente, insuscetível para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, sendo-lhe pago enquanto permanecer nesta condição.

O §1º, do art. 43 do Decreto, prevê que a verificação da incapacidade deve ser atestada pela Perícia Médica do INSS, que fará um exame médico no requerente da aposentadoria, podendo este, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

Vale ressaltar que, de acordo com o § 2º, se o segurado já sofria de doença ou lesão incapacitante antes da filiação à previdência, não terá direito à aposentadoria por invalidez, somente podendo ser beneficiado nesta hipótese quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

A regra, para esta espécie de aposentadoria, é ter cumprido a carência de 12 contribuições mensais para ter direito ao seu recebimento. Será, contudo, dispensada carência nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa, doença profissional ou do trabalho e de doenças e afecções que o segurado for acometido, após filiar-se ao RGPS, como: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da imunodeficiência adquirida – AIDS; contaminação por radiação com base em conclusão de medicina especializada; ou hepatopatia grave. Estas doenças estão especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social a cada 3 anos.

Todos os segurados da previdência social têm direito a receber a aposentadoria por invalidez, mas condicionada ao afastamento de todas as atividades que estes exercem.

A renda mensal do benefício equivale a 100% do salário de benefício, sendo que em seu cálculo não incide o fator previdenciário. Pode ainda ser acrescida de 25% no caso do segurado necessitar de assistência permanente de outra pessoa. Este acréscimo não leva em conta o limite máximo do salário de benefício, podendo ultrapassá-lo (art. 45, I, do Decreto 3.048/99).

A previdência prevê as situações em que o segurado necessita desta assistência permanente de terceiro, com o fornecimento do adicional de 25% do valor do benefício. São hipóteses previstas taxativamente no anexo I do Decreto 3.048. Dar-se-á o adicional nas seguintes hipóteses: cegueira total; perda de nove dedos das mãos ou superior a esta; paralisia dos dois membros superiores ou inferiores; perda dos membros inferiores, acima dos pés, quando a prótese for impossível; perda de uma das mãos e de dois pés, ainda que a prótese seja possível; perda de um membro superior e outro inferior, quando a prótese é impossível; alteração das faculdades mentais com grave perturbação da vida orgânica e social; doença que exija permanência contínua no leito; incapacidade permanente para as atividades da vida diária.

Já a aposentadoria por idade é um benefício que tem por objetivo cobrir o risco da idade avançada do segurado. Está prevista, em nossa Constituição, no parágrafo 7.º, inciso II, do art. 201:

Art. 201. [...]

§7.º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - [...];

II – 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, reduzido em 5 (cinco) anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

A aposentadoria por idade foi disciplinada na legislação extraordinária pela Lei n. 8.213, Lei de Benefícios da Previdência Social, nos arts. 48 ao 51, e, posteriormente, pelo Decreto n. 3.048, nos arts. 51 ao 54.

É devida a todos os segurados que completarem 65 anos de idade, se homem, ou 60 anos de idade, se mulher, quando trabalhadores urbanos, pois para os rurais, o limite de idade é reduzido em 5 anos, ou seja, será de 60 anos, para homens, e 55, mulheres.

O valor da aposentadoria por idade equivale a 70% do salário de benefício,

mais 1% deste por grupo de 12 contribuições, até o máximo de 100% do salário de benefício.

Diversamente da aposentadoria por tempo de contribuição, em que o fator previdenciário é obrigatório, o salário de benefício desta aposentadoria pode ser calculado ou não pelo fator previdenciário, de acordo com o que for mais vantajoso ao segurado. É uma facultatividade do aposentado.

É preciso ainda que o segurado tenha cumprido a carência de 180 contribuições mensais, o equivalente a 15 anos de contribuição à previdência social.

Vale ressaltar que a empresa poderá requerer a aposentadoria por idade compulsória do segurado que, cumprido a carência, tenha completado 70 anos de idade, se do sexo masculino, ou 65, se do sexo feminino, sendo garantido uma indenização ao empregado pela rescisão do contrato de trabalho (art. 51 da Lei 8213/91).

Vamos estudar agora a aposentadoria conhecida como especial.

Na aposentadoria especial o RGPS está resguardando a saúde e a integridade física do trabalhador que exerça sua atividade em condições que o afetem. É a exposição permanente a agentes nocivos, químicos, físicos ou biológicos, que prejudiquem sua saúde ou sua integridade física, inerentes a certos tipos de trabalho.

A Constituição Federal, no parágrafo primeiro do art. 201, determina a existência da aposentadoria especial nestas condições:

Art. 201. [...]

§1.º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física [...].

Na Lei 8.213, arts. 57 ao 58, foi disciplinada da seguinte forma:

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

No Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99, a aposentadoria especial se encontra presente nos arts. 64 ao 70.

É um benefício que apresenta os mesmos requisitos da aposentadoria por tempo de contribuição, diferenciando-se, porém, o tempo de contribuição exigido de

acordo com o nível de exposição aos agentes nocivos. Aqui, o tempo de contribuição será reduzido para 15, 20 ou 25 anos a depender do grau de nocividade a que o trabalhador está exposto.

O documento que atesta o grau de nocividade, a que os segurados estejam expostos, é o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP. Com a ajuda da doutrina de Ivan Kertzman (2012, p. 408), podemos conceituar o PPP como um documento histórico laboral do trabalhador, segundo modelo instituído pelo INSS, que, entre outras informações, deve conter registros ambientais, resultados de monitoramento e todos os períodos de exposição a agentes nocivos do trabalhador.

A aposentadoria especial somente será devida ao segurado empregado, ao trabalhador avulso e ao contribuinte individual, este somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção.

Como já explicado, a aposentadoria especial dependerá da comprovação pelo segurado do tempo de trabalho de forma permanente, não podendo ser uma exposição ocasional nem intermitente, exercido em condições especiais que prejudiquem sua saúde ou a sua integridade física. É a disposição do §3º do art. 57 da Lei 8213.

A depender do nível de nocividade da exposição, o trabalhador poderá se aposentar aos 15 anos de contribuição, para o risco considerado grave, aos 20 anos, para o risco considerado médio, e aos 25, para o risco considerado leve.

A carência exigida para a aposentadoria especial é de 180 contribuições mensais.

O salário de benefício é calculado sem a utilização do fator previdenciário.

Sua renda mensal equivale a 100% do salário de benefício.

E, por fim, o objeto do presente estudo, a aposentadoria por tempo de contribuição.

Como já descortinado neste trabalho, para muitos estudiosos do Direito Previdenciário esse benefício não comporta nenhum risco social, visto que o tempo de contribuição, por si só, não presume que o segurado fique incapacitado para o trabalho e manutenção de sua subsistência por meio deste.

De qualquer forma, a aposentadoria por tempo de contribuição está presente na legislação previdenciária, sendo devida a todos os segurados da previdência social exceto o especial, quando não contribui como individual, e o segurado que optar pelo sistema especial de inclusão previdenciária. Sua previsão encontra-se

nos parágrafos 7.º, I, e 8.º, do art. 201, da CF:

Art. 201. [...]

§7.º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I – 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;

II - [...]

§8.º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em 5 (cinco) anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Teve suas regras disciplinadas, pela Lei 8213, nos arts. 52 ao 56, e pelos arts. 56 ao 63 do Decreto 3.048 de 99.

Basta que o segurado apenas contribua com um tempo mínimo para fazer jus a ela. Sua concessão está condicionada à comprovação de ter o segurado, homem, contribuído pelo tempo de 35 anos, e, mulher, 30 anos. Este limite será minorado em 5 anos para professores que se dediquem ao magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

De acordo com o Decreto 3.048, art. 59, considera-se tempo de contribuição o tempo, contado de data a data, desde o início, até a data do requerimento ou do desligamento de atividade abrangida pela Previdência Social, descontados os períodos legalmente estabelecidos como de suspensão de contrato de trabalho, de interrupção de exercício e de desligamento da atividade.

A aposentadoria por tempo de contribuição tem renda de 100% do salário de benefício para o homem, aos 35 anos de contribuição, e para a mulher, aos 30 anos de contribuição.

Tem uma carência de 180 contribuições, ou 15 anos completos.

Sobre esta aposentadoria deve incidir obrigatoriamente o cálculo do fator previdenciário, instituto que será estudado em tópico próprio.

4 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

4.1 Histórico do Benefício

No ano de 1923, o Dec. nº 4.682/23 – Lei Eloy Chaves – criou uma caixa de aposentadoria e pensão para cada uma das empresas ferroviárias, ajudando a expandir, posteriormente, benefícios para outras classes como portuários e mineradores. Na criação desta caixa, tínhamos a chamada aposentadoria ordinária, semelhante ao que conhecemos hoje por aposentadoria por tempo de contribuição. Mas só que, aqui, a aposentadoria exigia limite mínimo de idade conjugado com o de contribuição.

Este benefício securitário era concebido aos ferroviários que combinassem idade com tempo de serviço. Tinha direito aqueles que atingissem 30 anos de serviço e 50 anos de idade. Para os que tivessem menos de 50 anos de idade, mas comprovado os 30 de serviço, poderiam se aposentar com redução de 25% do seu valor. Vale ressaltar que a expectativa de vida do brasileiro nesta época não chegava nem aos 50 anos de idade.

Devido ao elevado custo de se manter a aposentadoria por tempo de contribuição, na época aposentadoria ordinária, no sistema previdenciário, esta foi suspensa no ano de 1940. Mas esta situação permaneceu apenas por alguns anos, por que a aposentadoria ordinária foi restabelecida oito anos depois, em 1948, com a denominação de aposentadoria por tempo de serviço. Com isso percebemos que desde a primeira metade do século XX que esta aposentadoria vem causando desconforto e preocupação entre estudiosos, técnicos e governo.

A LOPS manteve a aposentadoria por tempo de serviço, mas com o limite de idade ampliado para 55 anos, devido ao considerável aumento da expectativa de vida dos brasileiros em comparação com a época de sua criação nos anos 20, conjugado com o tempo de 30 anos de serviço. Era uma forma também de tentar conter os gastos do sistema com referida aposentadoria, desestimulando a aposentadoria precoce. De acordo com Rio Nogueira (1985, p. 75):

Essa Lei assegurava a aposentadoria ordinária aos 30 anos de serviço, em caráter geral, mas – atendendo às ponderações dos atuários – também condicionava sua concessão ao mínimo etário de 55 anos, independentemente do sexo.

A exigência de limite etário, para ambos os sexos, para a aposentadoria por tempo de serviço, acabou sendo suprimida pela Lei nº 4.130, de 28 de agosto de 1962. Por iniciativa do Presidente João Goulart, a idade foi eliminada dos requisitos da aposentadoria, sob a alegação de que a idade não era exigida dos servidores públicos e, por este motivo, não fazia sentido manter tal exigência para o trabalhador do setor privado. Opção que veio a onerar sobremaneira os cofres públicos e desestabilizar o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. Explica Rio Nogueira (1985, p. 76):

Dá-se que, dois anos depois, o Presidente João Goulart sancionou a Lei nº 4.130, de 28/08/62, exclusivamente pra revogar a restrição dos 55 anos de idade, passando a conceder-se aposentadorias mesmo a pessoas de 44, no pleno vigor laborativo! E isso, sem qualquer elevação do limite superior (8%) das taxas de contribuição, que permitisse criar a receita de cobertura para o imenso incremento de encargos!.

E diz mais, o mestre, demonstrando toda a sua indignação em relação a esse fato: “Hoje, vivemos todas as consequências desse crime contra a Lógica e a Economia, politicamente quase irreversível, certamente o ato do poder público mais desastroso na história da legislação previdenciária brasileira.” (NOGUEIRA, 1985, p. 78).

A Constituição de 1967 previu a aposentadoria por tempo de serviço integral para a mulher aos 30 anos de trabalho e a Emenda Constitucional de 69 diminuiu em 5 anos o tempo de serviço para a aposentadoria dos professores, homens e mulheres.

Na década de 80, pregava Rio Nogueira (1985, p. 24):

Na ótica previdencial, a aposentadoria por tempo de serviço só deveria conceder-se como proteção ao trabalhador na idade em que perdesse ele substancialmente sua capacidade laborativa pelo desgaste orgânico natural e haveria que definir pragmaticamente essa idade em função da natureza do histórico de sua atividade ocupacional.

Com a Constituição Federal de 1988, a aposentadoria por tempo de serviço passa a ser aposentadoria por tempo de contribuição após a Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998. No dia de votação da emenda, o governo FHC não conseguiu aprovar a proposta inicial de cumular tempo de contribuição com idade mínima.

A Emenda nº 20/98 extinguiu a aposentadoria por tempo de serviço, criando a aposentadoria por tempo de contribuição e acabando com a chamada

contagem fictícia de tempo de serviço. Tentou-se, nesta ocasião, tornar obrigatória a cumulação dos requisitos de idade e tempo de contribuição para aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social e para os Regimes Próprios. Este foi, sem dúvida, o tema mais polêmico da Reforma Previdenciária de 1998. (KERTZMAN, 2010).

Apesar de o Governo estar empenhado em aprovar os requisitos para a aposentadoria, sofreu grande resistência de setores da sociedade, que queriam a permanência apenas do tempo de serviço para sua concessão. Kertzman (2010) explica a manobra encontrada pelo governo:

Para viabilizar a aprovação da Emenda Constitucional, tal como o Governo queria, foi retirada do texto a parte que exigia a cumulação dos requisitos de idade e tempo de contribuição para aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social, mantendo-se esta exigência apenas para o setor público, já que havia menos pressões para a alteração das regras dos Regimes Próprios. Colocou-se, então, como destaque para votação posterior, a necessidade de cumulação dos requisitos de idade e tempo de contribuição também para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

No dia de votação do destaque da emenda nº 20, ocorreu um dos fatos mais curiosos das sessões da Câmara, e foi por causa dele que a cumulação da idade com tempo de contribuição foi aprovada para os Regimes Próprios e não foi para o Regime Geral de Previdência Social. Um equívoco de um congressista acabou com a chance de se colocar uma idade mínima para a aposentadoria. Kertzman (2010) relembra como se deu esse evento:

Ocorre que, quando foi votado o destaque, em uma das votações mais notórias da Câmara dos Deputados, a necessidade de cumulação de idade com tempo de contribuição para as aposentadorias concedidas pelo RGPS não foi aprovada por apenas um voto. Quando da contagem dos votos, percebeu-se que o deputado governista Antônio Kandir, ex Ministro do Planejamento e Orçamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, havia votado contra a posição defendida pelo partido. Entrevistado pela mídia, alegou que apertou o botão errado no momento do voto.

Com isso, surgiram duas aposentadorias distintas, uma levando-se em conta apenas a idade do segurado, a outra apenas o tempo de contribuição ao RGPS. E para ter direito à aposentadoria por tempo de contribuição basta apenas o segurado, homem, comprovar 35 anos de contribuição e a segurada, mulher, 30 anos de contribuição.

O Brasil continua sendo um dos poucos países no mundo em que mantém, em sua previdência social pública, aposentadoria onde se exige apenas tempo de contribuição para a sua concessão. No direito comparado, vários países a baniram

de seus sistemas previdenciários, como foi o caso de nossos vizinhos Argentina, Uruguai e Chile. O saudoso Anníbal Fernandes (1987, p. 86) lecionava, no tempo em que a aposentadoria ainda era por tempo de serviço:

A aposentadoria por tempo de serviço da LOPS/CLPS recebia a denominação de aposentadoria ordinária na legislação anterior. Ela vem desde a Lei Eloy Chaves (1923), desafiando crises, tendo mesmo suspenso seu pagamento para ser reafirmado depois. Já houve época, como na vigência da redação primitiva da LOPS, em 1960, em que se exigia idade mínima de 55 anos para o interessado receber o benefício. Alguns contestam que o “tempo de serviço” possa ser considerado contingência social e, na verdade, no Direito Comparado não é frequente esse benefício, tal como concedido no Brasil.

Hoje, apenas o Brasil e mais três Estados-nações concedem aposentadoria com base exclusivamente no tempo de contribuição, que são o Equador, o Irã e o Iraque.

A aposentadoria por tempo de contribuição não cobre nenhum risco social, diferenciando-se das outras espécies de aposentadoria do RGPS. Por isso, não é vista com bons olhos pelos especialistas em previdência social.

O benefício da aposentadoria por tempo de contribuição tem sido bastante criticada por muitos especialistas previdenciários por acreditarem que não cumpre com o objetivo maior da Previdência Social: a cobertura dos riscos sociais. Da mesma forma faz parte do antigo pleito dos últimos governos brasileiros a extinção deste benefício, já tendo sido alvo de proposta de emenda constitucional rejeitada pelo Congresso Nacional (KERTZMAN, 2010).

Há autores que defendem que o tempo de contribuição, apesar de não comportar um risco social, concede o descanso ao segurado, por que, depois de vários anos exercendo atividade laborativa, o trabalhador já está desgastado, não tendo mais a vitalidade de antes, além de ajudar na renovação do mercado de trabalho, substituindo-o pelos mais jovens. Mas o que se vê são aposentados que continuam ou retornam aos seus postos de trabalho e não se recolhendo aos seus aposentos. Sobre essa questão, Fábio Zambitte Ibrahim (2008, p. 540) constata:

A aposentadoria por tempo de contribuição é um benefício que sofre constantes ataques, sendo que um número razoável de especialistas defende sua extinção. Isso decorre de conclusão de não ser este benefício tipicamente previdenciário, pois não há qualquer risco social sendo protegido – o tempo de contribuição não traz presunção de incapacidade para o trabalho. Outros defendem este benefício, já que, mesmo não tendo risco a proteger, permite uma renovação mais rápida do mercado de trabalho, o que pode ser útil em épocas de desemprego acentuado. Não obstante, o que se vê, na prática, são segurados que se aposentam por

tempo de contribuição e continuam trabalhando. Ocorre que este benefício acaba por ser exclusivo das classes superiores, pois o trabalhador de baixa renda tem grande dificuldade para comprovar seu tempo de contribuição, sendo praticamente obrigado a aposentar-se por idade.

4.2 O Fator Previdenciário

O fator previdenciário foi criado pela Lei nº 9.876/99, com o propósito de tornar o sistema mais justo e equiparar a contribuição do segurado ao valor do benefício a ser pago, considerando-se o período que ele usufruirá da aposentadoria. Tenta minimizar os efeitos da concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, desestimulando as aposentadorias precoces.

Segundo a doutrina de Horvath Júnior (2012, p. 220):

O fator previdenciário foi introduzido pela Lei nº 9.876/99. A inserção desta nova fórmula de cálculo vem regulamentar a previsão do art. 201 da Constituição Federal (texto emendado pela EC 20/98), que prevê: “A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e atenderá, nos termos da lei...”. O fator previdenciário fundamenta-se no princípio da preservação do equilíbrio financeiro e atuarial esculpido na EC 20/98.

Com o crescimento da expectativa de vida do brasileiro, aposentar-se cedo traz grande prejuízo financeiro aos cofres públicos, pois o segurado receberá a aposentadoria por mais tempo. O fator previdenciário foi a solução encontrada pelo Governo por não ter conseguido aprovar a cumulação da idade com o tempo de contribuição do segurado por meio da emenda 20/98. A exigência da cumulação dos requisitos de idade e tempo de contribuição foi mantida apenas para o setor público.

Sem embargo da reprovação do limite de idade em plenário, por ocasião da votação do destaque respectivo da EC nº 20/98 na Câmara dos Deputados, não haveria aí desrespeito ao constituinte derivado. É a própria constituição que prevê a necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial no sistema securitário (art. 201, caput), sendo a restrição etária em lei consecutória natural. Mesmo assim, o benefício ora tratado continua a ser concedido sem qualquer limitação de idade, salvo a aposentadoria proporcional nas regras transitórias. (IBRAHIM, 2008, p. 542).

Visando sanear o RGPS, foi criado o fator previdenciário, aplicado, obrigatoriamente, à aposentadoria por tempo de contribuição e, facultativamente, à aposentadoria por idade. Segundo o professor Miguel Horvath Júnior (2012, p. 248): “Em função da necessidade da conjugação dos requisitos tempo de contribuição e

idade, visando a busca do equilíbrio financeiro e atuarial, surge, com a Lei nº 9.876/99, a figura do fator previdenciário”.

O fator previdenciário é uma fórmula matemática que leva em consideração a idade do segurado na data da aposentadoria, o tempo durante o qual contribuiu para a previdência social e a expectativa de sobrevida do segurado ao se aposentar. A fórmula de cálculo do fator previdenciário se dá da seguinte forma:

$$f = \frac{Tc \times a}{Es} \times \left[1 + \frac{(Id + Tc \times a)}{100} \right]$$

Onde:

f = Fator previdenciário;

Tc = Tempo de contribuição;

a = Alíquota de contribuição;

Es = Expectativa de sobrevida;

Id = Idade do trabalhador na data de sua aposentadoria.

Quanto maiores a idade e o tempo de contribuição, maior será o salário de benefício, elevando o valor da aposentadoria. Inversamente proporcional é a expectativa de sobrevida, pois quanto maior esta, menor será o valor do benefício.

Até hoje, o fator previdenciário é visto como algo prejudicial ao segurado por cortar parte do valor do benefício deste, tirando o direito a uma aposentadoria integral. Segundo o doutrinador Kertzman (2010), posicionamento que julgamos o mais coerente:

O fator previdenciário é bastante criticado por diversos estudiosos do Direito Previdenciário, mas, no nosso entendimento, foi uma forma possível (e não ideal) de amenizar os efeitos da aposentadoria precoce, desestimulando-a. O que se deve buscar é acabar definitivamente com o fator previdenciário e com a própria aposentadoria por tempo de contribuição.

4.3 Regra 95/85

O último instituto criado para tentar retardar a aposentadoria por tempo de contribuição, e como alternativa ao fator previdenciário, foi a fórmula 95/85. A fórmula foi introduzida pela Lei nº 13.183, no final do ano de 2015.

Por ela, recorre-se ao cálculo da idade com o tempo de contribuição sem a incidência do fator previdenciário. É uma maneira de fugir do efeito reducionista do

fator, mas mantendo ainda o objetivo de evitar aposentadorias precoces.

O cálculo da aposentadoria para o homem deve somar 95 pontos, juntando a idade com o tempo de contribuição. Por exemplo, segurado, homem, que chegou aos 60 anos de idade e tem 35 de contribuição, somando o tempo de idade e contribuição perfaz-se os 95 pontos exigidos. Para a mulher a mesma coisa, só que com 10 pontos a menos, devendo somar 85 pontos, como no caso de uma segurada com 55 anos de idade e 30 de contribuição, perfazendo-se os 85 pontos.

A fórmula não dispensa o tempo mínimo de contribuição, 35 anos para homens e 30 anos para mulheres, de modo que se um segurado homem tem 61 anos de idade e 34 de contribuição não fará jus à aposentadoria por tempo de contribuição pela regra 95/85, devendo contribuir com mais 1 ano para requerer o benefício com essa regra.

Esses valores não serão permanentes, pois, a medida que a expectativa de vida do brasileiro for aumentado, a pontuação também aumentará. As mudanças estão projetadas do seguinte modo: de 2015 a 2018 – 95 para homens e 85 para mulheres; de 2019 a 2020 – 96 para homens e 86 para mulheres; de 2021 a 2022 – 97 para homens e 87 para mulheres; de 2023 a 2024 – 98 para homens e 88 para mulheres; de 2025 a 2026 – 99 para homens e 89 para mulheres; e a partir de 2027 – 100 para homens e 90 para mulheres.

Atingidos os 95 pontos, homem, e 85 pontos, mulher, pontuação exigida até 2018, o segurado faz jus à aposentadoria por tempo de contribuição com valor integral, sem a incidência do fator previdenciário. Mas caso a aposentadoria por tempo de contribuição seja extinta, esta regra não subsistirá, por ser instituto exclusivo desta aposentadoria.

4.4 Fenômeno da Desaposentação

O fator previdenciário não atingiu a finalidade inicialmente proposta: minimizar os seus efeitos danosos às contas da previdência. A fórmula de cálculo, tão duramente criticada, não conseguiu postergar a aposentadoria dos segurados, que, apesar dela, optaram por se aposentar antes dos 60 anos, ainda que com redução do benefício em mais de 20% de seu valor integral.

Podemos perceber um desvirtuamento, dessa aposentadoria, dos objetivos da previdência social quando o segurado, após a aposentação, continua trabalhando

devido ao fato de não ter perdido a capacidade laborativa.

Com as aposentadorias precoces, o Estado tem garantido uma renda adicional para estes beneficiários, uma vez que eles não interrompem o exercício de atividade remunerada, por sentirem-se com plena capacidade do trabalho. Dessa forma, a nossa Previdência estaria ferindo a sua própria razão de ser: prover o sustento de quem não tem mais condições de fazê-lo. (KERTZMAN, 2010).

Por não se afastar do trabalho, a aposentadoria passa a ser uma complementação de renda do trabalhador e não meio indispensável à sua manutenção, como disposto no art. 1º da Lei 8.213. Nas palavras de Anníbal Fernandes (1987, p. 84):

Contraditoriamente, embora *aposentadoria* tenha na raiz a palavra “aposento”, ou *retirada do serviço* cé a “pension de retraite” dos franceses, obtido o almejado benefício, em regra, segue trabalhando a pessoa, após breve pausa ou mesmo sem ela.

Os que continuam contribuindo, após aposentados, quando cessam definitivamente a atividade laboral, requerem a desaposentação e o recálculo de uma nova aposentadoria, para que sejam levadas em conta as novas contribuições sociais ao sistema. O problema é que boa parte dessas demandas previdenciárias não são atendidas, por não estarem acobertadas por lei. Isso mostra como a aposentadoria precoce pode causar asoberbamento da justiça e frustração aos segurados que a ela recorrem, por não serem acolhidos em seus pedidos.

Horvath Júnior (2012, p. 687) cita a única situação, prevista em lei, em que o segurado pode renunciar à aposentadoria após concedida:

Temos no Decreto 3.048/99 a única hipótese de previsão em que, mesmo após o despacho concessório da aposentadoria (ato administrativo de concessão) é disponibilizado ao segurado a faculdade de não gozar o benefício previdenciário. Trata-se do disposto no seu artigo 181-B, o qual, ao passo que refere a irrenunciabilidade dos benefícios de aposentadoria por idade, tempo de contribuição e especial, excepciona a desistência/RENÚNCIA após a concessão:

Art. 181-B. As aposentadorias por idade, tempo de contribuição e especial concedidas pela previdência social, na forma deste regulamento, são irreversíveis e irrenunciáveis.

Parágrafo único. O segurado pode desistir do seu pedido de aposentadoria desde que manifeste esta intenção e requeira o arquivamento definitivo do pedido antes da ocorrência do primeiro de um dos seguintes atos:

I – recebimento do primeiro pagamento do benefício; ou

II – saque do respectivo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou do Programa de Integração Social.

Na hipótese da aposentadoria por tempo de contribuição, a lei de benefícios

já deixou duas opções ao segurado que atingir o requisito mínimo exigido de tempo de contribuição, quais sejam: aposentar-se mais cedo, recebendo um benefício menor devido à incidência do fator previdenciário; ou aposentar-se mais tarde, postergando o benefício para recebê-lo em valor integral. Assim, o segurado já conhece as vantagens e desvantagens no momento de requerer sua aposentadoria precocemente. Se sua escolha foi pelo benefício reduzido, não entendemos como possível renunciar deste para requerer um novo benefício, com proventos integrais, contando as contribuições posteriores à aposentação (DIAS; MACÊDO, 2012).

No dia 26 de outubro de 2016, o Supremo Tribunal Federal se pronunciou pela impossibilidade do instituto da desaposentação. No momento, foram apreciados os Recursos Extraordinários 827.833, 661.256 e 381.367. Por 7 votos a 4, foi rejeitada a possibilidade do segurado aposentado que continua trabalhando, ou volta ao mercado de trabalho, requerer uma aposentadoria maior com base nas novas contribuições vertidas.

Um dos argumentos contrários à desaposentação, utilizado pelos ministros, é que o regime previdenciário brasileiro tem caráter solidário, a contribuição é compulsória para a manutenção de todo o sistema. Não deve haver uma proporcionalidade entre o valor dos benefícios e as contribuições do segurado. Além disso, nem a Constituição e nem as leis preveem o direito da desaposentação. Ao contrário, a legislação previdenciária veda a possibilidade de revogação do benefício.

O valor da aposentadoria não deve ser diretamente proporcional ao das contribuições, como se dá no regime de capitalização. O RGPS é um regime de repartição simples, onde a solidariedade impõe que os ativos financiem os inativos, com recursos de contribuições compulsórias utilizadas no mesmo mês de competência, pois não há uma conta individual para cada contribuinte, ou seja, a contribuição do segurado no mês é utilizado naquele mesmo mês, para cobrir segurados em gozo de benefício, e não guardada em proveito próprio como no sistema de capitalização.

O problema é que muitos segurados acham que tudo o que estão contribuindo deve retornar para eles no futuro, programando aposentadorias sem a presença de qualquer risco social que atinja sua capacidade de manutenção pelo trabalho. E muito desse pensamento se deve à existência da aposentadoria por tempo de contribuição, transformando, neste ponto, o RGPS em sistema de

capitalização em vez de repartição simples que é.

Em um regime de capitalização, as contribuições aportadas são capitalizadas real ou contabilmente, constituindo-se reservas para a cobertura das futuras despesas com benefícios. Por oposição, em um regime de repartição simples, os recursos arrecadados em um determinado exercício são utilizados para o pagamento dos benefícios durante este mesmo exercício. (COSTA, 1996, p. 2).

Esclareça-se que, não é pretensão, da previdência social, manter o padrão de vida do segurado quando em atividade. O objetivo é garantir uma proteção securitária mínima, ou seja, para que ele tenha condições mínimas de existência com dignidade. Quando da ocorrência do risco social, ao contribuinte e sua família serão assegurados recursos indispensáveis às suas necessidades (TAVARES, 2012).

O princípio da solidariedade, basilar ao sistema previdenciário público brasileiro, deve ser fortalecido, é o pacto de gerações – quem está na ativa, produzindo e contribuindo, deve socorrer o que está na inativa, sem condições de manter sua própria subsistência e de sua família. E os inativos de hoje, no passado, também contribuíram para os acometidos de infortúnios ou causas incapacitantes.

A inconstitucionalidade do instituto da desaposentação, por ter repercussão geral, deverá ser seguida em todos os processos que tratam sobre o tema no Judiciário. A partir da decisão do STF não mais teremos sua concessão, como ocorria em alguns tribunais pelo país, a menos que haja a sua aprovação por lei do Congresso Nacional.

4.5 Envelhecimento da População Brasileira

O envelhecimento populacional em todo o mundo está atingindo níveis cada vez maiores. E essa tendência mundial tem seus reflexos na sociedade brasileira, que apresenta uma expectativa de vida de 75,5 anos. Segundo dados do IBGE, o número de idosos dobrou nos últimos 20 anos no Brasil. Por aqui, a porcentagem atual de idosos está em torno de 12,5% – a do mundo é 11,5% – com previsão que chegue aos 23% de pessoas com mais de 65 anos de idade até o ano de 2050. Serão 64 milhões de pessoas acima de 60 anos de idade.

O aumento da expectativa de vida do brasileiro e a redução da taxa de natalidade causam duas consequências, que ameaçam a existência da

aposentadoria por tempo de contribuição no sistema, que são o envelhecimento da população brasileira e a redução de contribuintes da previdência. Quando foi criada, pela Lei Eloy Chaves, na década de 20 do século passado, em que a expectativa de vida do brasileiro era apenas de 42 anos ao nascer, poderia ser justificada a existência da aposentadoria por tempo de contribuição, mas não atualmente, onde a sobrevida está passando dos 75 anos. Kertzman (2010) relata a problemática do envelhecimento da população mundial no mundo para a previdência:

Os sistemas de previdência em todo o mundo têm passado por uma forte reestruturação. A principal causa é o crescente envelhecimento populacional e a decrescente taxa de fecundidade. A política mundial passou a exigir que os países reformulassem os seus sistemas previdenciários para objetivar a sincronização do ingresso de recursos na previdência social com o fluxo de benefícios previdenciários.

Com o rápido processo de envelhecimento da população brasileira, a previdência social caminha para um deficit sem controle. Como a expectativa de vida está aumentando a cada ano, isso significa que a pessoa aposentada passará mais tempo no sistema previdenciário, recebendo aposentadoria por longos períodos.

Além disso, com a diminuição vertiginosa da taxa de natalidade, a tendência é a diferença entre jovens, em idade laboral ativa, e idosos, afastados do mercado de trabalho, cada vez mais diminuir. Hoje, temos cinco trabalhadores para um aposentado. As projeções feitas pelo IBGE, para o ano de 2050, dão conta de que teremos duas pessoas em idade ativa para cada idoso em benefício de aposentadoria. Quem arcará com essa conta no futuro se nas condições atuais já existe uma grande escassez de recursos para manutenção dos gastos previdenciários?

Há mais de 30 anos que Wladimir Novaes Matinez (1985, p. 22) já previa esta questão:

Fundamentalmente, a população ativa que carrega recursos hoje e satisfaz necessidades da população inativa – representada por clientela protegida que, no seu tempo de contribuir, percebia remuneração relativamente menor –, quando chegar sua vez de auferir as prestações, onerará de tal forma a despesa que desestabilizará o sistema. Parte da solução implica exame da filosofia da proteção social vigente, pois o presente equilíbrio populacional entre jovens e velhos sofrerá mutações ao longo do tempo, com consequências imprevisíveis.

Pessoas que nem chegaram aos 60 anos de idade, ainda em pleno vigor físico, recebendo aposentadorias por mais de 20, 30 anos, e até por mais tempo do

que contribuiu para o sistema, gerando um grande deficit nas contas públicas. Este dinheiro poderia ser investido nas aposentadorias em que o segurado realmente se encontra em uma situação de risco, como a aposentadoria por idade e por invalidez, carentes de um cálculo mais benéfico ou uma renda inicial mais justa para atender às necessidades de seus beneficiários.

Rio Nogueira, em sua obra “A Crise Moral e Financeira da Previdência Social” (1985), trouxe um quadro comparativo entre as profissões técnicas ou intelectuais e as obreiras ou menos qualificadas. Neste modelo, mostrou que nos trabalhadores da primeira classe a produtividade é cada vez maior em função da experiência adquirida com a idade, enquanto nos da classe menos intelectualizada a idade é fator de redução da vitalidade, prejudicando a produtividade.

Somente ao interesse individual poderia essa aposentadoria concedida aos lotados nas áreas administrativas ou intelectualizadas que, válidos e hígidos, atinjam 30 ou 35 anos de serviço com 50 ou 55 de idade, portanto na plenitude do apogeu da capacidade laborativa reclamada pela sociedade, em geral, e pela empresa, em particular. (NOGUEIRA, 1985, p. 28).

Com as palavras do mestre atuário, constatamos que não convêm ao processo produtivo perder a experiência de chefes e ocupantes de cargos de nível superior, afastados pela aposentadoria entre os 50 e 60 anos de idade.

Kertzman (2010) traz o panorama atual dessa aposentadoria no sistema previdenciário brasileiro:

A idade média para a concessão da aposentadoria no Brasil, atualmente, é de 54 (cinquenta e quatro) anos de idade. Ocorre que a expectativa de sobrevivência da população que chega aos 54 (cinquenta e quatro) anos de idade é de mais 25,3 anos. Os especialistas em atuárias afirmam que existe uma desproporcionalidade entre o tempo de contribuição e o de percepção do benefício no atual modelo previdenciário brasileiro. Um sistema de previdência social que busque, então, a sustentabilidade não pode sobreviver sem considerar as regras atuariais.

Já o doutrinador Fábio Zambitte Ibrahim (2008, p. 540) afirma ser um benefício especialmente de classes mais privilegiadas, pela dificuldade do trabalhador de baixa renda conseguir manter e comprovar contribuições pelo período de anos exigido:

Entendo que este benefício, em sua atual configuração, não se coaduna com a lógica protetiva, pois permite a aposentação em idades muito inferiores ao que se poderia rotular de *idade avançada*. A que o pagamento tenha sido feito por anos a fio, a previdência pública não é poupança, mas

sim seguro social, no sentido de atender à clientela protegida no advento de algum sinistro impeditivo de obtenção da remuneração. Para piorar, este benefício acaba por gerar uma *solidariedade às avessas* no sistema previdenciário, pois somente as classes mais abastadas conseguem obtê-lo, em razão das dificuldades de comprovação de longos períodos de contribuição.

4.6 Rombo da Previdência

Para termos uma ideia da magnitude dos gastos em termos uma prestação previdenciária sendo concedida sem nenhuma espécie de risco social, a aposentadoria por tempo de contribuição corresponde a 1/3 dos valores gastos pelo RGPS com benefícios recebidos pelos segurados. Se formos tomar por base o número de benefícios ativos, ela representa quase 20% das prestações deferidas pela previdência.

A realidade é que desde a década de 90 que se fala no rombo previdenciário, paga-se mais benefícios do que arrecada-se contribuições. O deficit da previdência no ano de 2016 chegou aos R\$ 151,9 bilhões, segundo números do INPC. Rombo que poderá aumentar para R\$ 181,2 bilhões até o fim de 2017.

Deficit previdenciário pode ser conceituado como o resultado negativo nas contas da previdência, a partir da arrecadação das contribuições e as despesas com benefícios. Fatores como má gestão dos recursos e envelhecimento da população tem implicação direta neste desequilíbrio de contas. Quanto maior a expectativa de vida das pessoas de um determinado país, maior será o gasto com aposentadorias na previdência social. E a aposentadoria precoce, como é a Por Tempo de Contribuição, ajuda a elevar os gastos com a previdência.

O Governo deve fazer uma urgente reforma previdenciária que toque nos pontos mais importantes do sistema, sem remendos esdrúxulos que tem sido utilizados nas últimas reformas. O que for desnecessário deve ser cortado ou reformulado para se buscar o equilíbrio financeiro e atuarial, fortalecendo o sistema protetivo. Não se deve garantir o ócio remunerado a quem ainda tem plena capacidade laborativa; o seguro deve acolher quem realmente precisa.

Por conseguinte, é o perigo de passar privações que deve ter em mente, a garantia contra a miséria, o atendimento às necessidades essenciais. Não se deve pedir mais que isso à seguridade social, sob pena, como ficou visto no tópico relativo à distribuição da renda, de levar além do limite justificável o poder estatal de impor contribuições. (BARROSO; VELLOSO, 1963, p.

77).

O fator previdenciário, apesar da boa vontade do governo, não incentivou os segurados a postergar a aposentação. Estes continuam se aposentando com plena vitalidade física e mental, ainda totalmente aptos ao trabalho. Já a fórmula 95/85 foi uma alternativa criada pelo governo para excluir o fator do cálculo da aposentadoria. Na verdade, é mais um malabarismo legislativo para tentar justificar a presença da aposentadoria sem risco social no sistema previdenciário, mas que só veio aumentar as despesas com esse benefício.

4.7 Aposentadoria por Tempo de Contribuição e o Risco Social

O que mais pesa contra a existência da aposentadoria por tempo de contribuição, na Legislação Previdenciária, é a falta de risco social do benefício. O seguro social foi criado para garantir meios indispensáveis de sobrevivência do trabalhador em face da perda da capacidade de manutenção, própria e de sua família, por conta de algum evento incapacitante, de forma temporária ou permanente. Para Sérgio Pinto Martins (2004, p. 91), “o objetivo da Previdência Social é estabelecer um sistema de proteção social para proporcionar meios indispensáveis de subsistência ao segurado e a sua família”.

O benefício previdenciário é substitutivo do salário do segurado que não está em condições de o conseguir com a força do seu trabalho. Como já exposto anteriormente neste estudo, a própria Constituição lista as situações em que o indivíduo terá a proteção previdenciária, e é de concordância quase uníssona que estas sempre foram e serão as mesmas, ou seja, em casos de doença, invalidez, morte, maternidade, acidente, reclusão, idade avançada e desemprego, além de encargos familiares e trabalho em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. De acordo com Wladimir Novaes Martinez (1985, p. 68):

A proteção é absolutamente necessária, porque concretiza a contingência protegida, presente o risco social, o trabalhador tem de ser mantido sob pena de perecimento. A previdência social é técnica que os homens reunidos em sociedade criaram para substituir os meios habituais de subsistência, quando da ocorrência de eventos que impeçam a aquisição desses meios.

O tempo de contribuição nunca foi e nunca será uma contingência social por

si só. Após 35 ou 30 anos de contribuição, respectivamente homem e mulher, não se pode presumir que o trabalhador perdeu a sua força laboral, nem, ao menos, que a tenha reduzida. E podemos corroborar essa afirmação pelo alto número de aposentados por tempo de contribuição que permanecem exercendo suas atividades, ou, mesmo, voltam logo após ao mercado de trabalho, transformando o benefício previdenciário em uma simples complementação de renda, desvirtuando a noção de seguro social do sistema, garantidor de recursos para quem realmente precisa por impossibilidade de manter sua própria subsistência devido aos riscos sociais.

Fatos como esses que tornam o benefício da aposentadoria por tempo de contribuição totalmente incompatível com o regime securitário. As prestações concedidas pela previdência social devem cobrir um risco social, só quando da ocorrência deste é que surge a obrigação do seguro.

Acreditamos que a aposentadoria por tempo de contribuição não esteja alinhada aos objetivos da previdência social, não representando qualquer risco social para os cidadãos, e, por isso, deve ser expurgada do nosso subsistema de previdência social. (KERTZMAN, 2010).

Com uma rápida observação das aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social, vemos que as aposentadorias por invalidez, por idade e especial, principalmente a primeira, correspondem a riscos sociais cobertos pela legislação previdenciária. Já a aposentadoria por tempo de contribuição independe de idade mínima ou qualquer outro fator que possa ser chamado de contingência social, pois o fato de o segurado ter contribuído por determinado número de anos não pressupõe, necessariamente, que ele não tenha mais condições de exercer suas atividades.

Não há nenhum risco a ser coberto pelo motivo de alguém contribuir por certo tempo, ou, falando de outra forma, este não gera presunção de incapacidade para o trabalhador. Pagar aposentadoria precoce para aqueles que ainda têm plena capacidade para o trabalho só faz aumentar o desequilíbrio financeiro da seguridade social. Deve-se utilizar os recursos da previdência para quem realmente necessita e não conceder aposentadorias sem levar em conta se o trabalhador está realmente em uma situação de risco, ou seja, se perdeu a capacidade laborativa.

Pela técnica do seguro social, devem-se estar presentes dois requisitos para que o segurado faça jus ao benefício, quais sejam: a contribuição para o sistema e a

ocorrência de risco social (BALERA, 2011). Percebemos que, em relação à aposentadoria por tempo de contribuição, o segundo requisito não é cumprido, pois o tempo de contribuição não atende a requisito nenhum de risco social – o segurado completa o tempo de contribuição mas não perde a sua capacidade de trabalho.

“T tecnicamente, o tempo de contribuição não é um risco, mas, sim, uma certeza de que, ao final do prazo estipulado legalmente, em havendo as contribuições regulares, será concedida a aposentadoria (HORVATH JÚNIOR, 2012, p. 242)”.

Dessa forma, concluímos que a aposentadoria por tempo de contribuição, levando-se em conta apenas o tempo que o segurado pagou à Previdência, de seguro social não tem nada. Esta é uma distorção na finalidade da previdência social brasileira que precisa ser corrigida. O regime previdenciário tem por objetivo substituir a renda do segurado, supostamente perdida pela verificação da respectiva contingência social, e o tempo de contribuição não constitui uma verdadeira contingência, pois, isoladamente, não elimina a capacidade de autossustento do trabalhador.

Como bem deixa claro Marcelo Leonardo Tavares (2012), no RPPS não encontramos mais nenhuma aposentadoria onde se leva em conta apenas o tempo de contribuição como requisito a ser cumprido. Em todos temos a aposentadoria voluntária combinando a idade mínima a ser atingida com o tempo que o servidor deve contribuir ao sistema. E, inevitavelmente, esse é o caminho a ser seguido pelo RGPS na próxima reforma previdenciária, uniformizando de vez os regimes previdenciários brasileiros.

Defendemos o fim da aposentadoria por tempo de contribuição no modelo brasileiro de previdência social por acreditarmos que este benefício não cobre riscos sociais, afrontando o próprio objetivo da previdência e porque defendemos o princípio da seletividade na prestação dos benefícios e serviços da seguridade social. (KERTZMAN, 2010).

É a medida mais sensata a ser adotada em relação à aposentadoria por tempo de contribuição. Extingui-la, por esta ser um elemento estranho no meio securitário, reservados os benefícios já pagos e o direito adquirido de quem já cumpriu todos os requisitos para sua obtenção na data de sua extinção, além de uma regra de transição para aqueles que já contribuem ao RGPS.

Kertzman (2010), já prevendo uma futura extinção da aposentadoria por

tempo de contribuição, sugere algumas medidas que podem ser tomadas:

Propomos, então, que a próxima reforma, que terá como principal objetivo a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição do Regime Geral de Previdência Social, atenda a três pontos.

O primeiro ponto que deve ser trabalhado para uma reforma que traga mais justiça ao regime previdenciário é o respeito ao direito adquirido (este obrigatório pelo atual sistema jurídico) e à expectativa de direito. [...]

O segundo ponto que deve ser ponderado ao se extinguir a aposentadoria por tempo de contribuição, exigindo uma idade mínima para a aposentadoria, é que o desemprego para a população a partir dos 45 anos de idade é bem superior à média. [...] A ampliação do seguro-desemprego seria alternativa viável para minimizar os efeitos da idade mínima para aposentadoria e para permitir que o segurado alcance a idade mínima com dignidade. [...]

O terceiro ponto é a exigência de que o Sistema Nacional de Seguridade Social seja fortalecido. [...] Desta forma, toda economia gerada pelo fim da aposentadoria por tempo de contribuição deve ser aplicada nas demais áreas da seguridade, possibilitando uma assistência social mais efetiva, que possa cobrir as reais necessidades da população e de uma saúde que atenda a todos, como é dever do Estado.

A aposentadoria por idade já cumpre satisfatoriamente seu papel protetivo. Extirpada de vez, a aposentadoria por tempo de contribuição do organismo da previdência social, o segurado deverá esperar o risco da idade avançada para pedir sua aposentadoria – hoje 65 anos, homem, e 60, mulher, diminuída em 5 anos para rurais, caso não se apresente antes o risco da invalidez ou trabalhe em condições especiais.

Em vez de conceder uma aposentadoria onde não se leva em conta nenhuma contingência social, como uma idade avançada mínima, totalmente insustentável ao sistema previdenciário, não seria mais racional extinguir a aposentadoria por tempo de contribuição, deixando apenas as aposentadorias que realmente cumprem papel protetivo – por idade, por invalidez e especial – do que dar o direito a se aposentar mais cedo, sem necessidade, fazendo incidir um extravagante fator previdenciário que prejudica o benefício, reduzindo-o drasticamente, sem atingir sua finalidade de retardar a aposentação e reduzir os gastos do sistema.

Tentar excluir um benefício previdenciário é medida polêmica, que sofre muita resistência de trabalhadores e sociedade organizada, a exemplo das tentativas anteriores em relação à aposentadoria por tempo de contribuição. Esse é um projeto que tem que ser implementado com uma conscientização geral, demonstrando qual a verdadeira finalidade do seguro social – garantir meios indispensáveis à manutenção do segurado e de sua família que se encontrem em uma situação em que esta proteção seja imprescindível.

O pensamento de que a contribuição é para o benefício exclusivo do segurado, com todo o valor retornando a ele no futuro, igual a um regime de capitalização, não deve existir no RGPS. A solidariedade é o que dá sentido ao sistema, onde os trabalhadores ativos contribuem financiando os benefícios dos inativos, estes somente merecedores das prestações quando estiverem com a capacidade laboral reduzida ou perdida devido aos riscos sociais.

Todos os argumentos expostos no desenvolvimento deste trabalho mostram que a aposentadoria por tempo de contribuição ocupa um lugar indevido na previdência social brasileira, e tudo por conta da ausência de risco social deste benefício. E nos valendo das palavras de Estanislau Fischlowitz (1964), quando ainda se chamava aposentadoria por tempo de serviço, a aposentadoria por tempo de contribuição é um verdadeiro corpo estranho no organismo previdenciário.

5 CONCLUSÃO

A aposentadoria por tempo de contribuição desvirtua completamente a forma de organização do sistema previdenciário do Regime Geral de Previdência Social. Este é um sistema de repartição simples, onde, baseado no princípio da solidariedade, a contribuição do segurado não será para o seu próprio benefício, mas, sim, em benefício de todos os que formam o regime previdenciário. A presença do risco social, configurado como acontecimento futuro e incerto que acarreta uma situação de impossibilidade do sustento do segurado e de sua família, é o que determinará quem fará jus às prestações.

A manutenção desta aposentadoria na previdência, onde são os riscos sociais que determinam a criação dos benefícios, destinados a proteger o trabalhador que tem sua capacidade laborativa reduzida ou cessada, é logicamente injustificável e financeiramente insustentável num país em que a cada ano cresce a expectativa de sobrevida das pessoas e aumenta o deficit previdenciário.

A técnica do seguro leva em conta dois requisitos para o pagamento do benefício que é a contribuição do segurado e a presença do risco social. Considerar apenas o tempo de contribuição para a concessão da aposentadoria viola toda a estrutura do sistema securitário, pelo fato de um benefício ser pago em caráter permanente e definitivo a pessoas que ainda gozam de plena capacidade para o trabalho, pois não atingidas por qualquer risco social.

Apesar de alguns doutrinadores defenderem que o risco social da aposentadoria por tempo de contribuição é a velhice laboral, o desgaste físico após anos de trabalho, tal análise não condiz com a realidade. Tempo de trabalho não presume uma incapacidade do segurado e são poucos os que se afastam do trabalho após aposentados por tempo de contribuição. A maioria continua exercendo sua atividade laborativa, transformando o benefício previdenciário em uma segunda renda e não um meio indispensável à sua sobrevivência.

Um problema causado pela existência de tal benefício no RGPS é o fenômeno da desaposentação. A ausência de risco social, da aposentadoria por tempo de contribuição, leva muitos trabalhadores a se aposentar em idade incompatível com qualquer tipo de incapacidade laboral, visto que continuam trabalhando e contribuindo ao sistema. E no dia que cessam sua vida laboral, a primeira atitude é requerer o aproveitamento destes novos valores contribuídos, isto

sem nenhuma base legal que lhes garanta esse direito. A desaposentação é um exemplo gritante da falta de justificação de se ter uma aposentadoria precoce no sistema previdenciário.

Pela ausência de risco social do benefício, institutos foram criados na tentativa de desestimular as aposentadorias precoces. A fórmula do fator previdenciário e a regra 95/85 foram alternativas encontradas pelo Governo na busca de minimizar os efeitos danosos de referida aposentadoria nas contas públicas, mas que apenas deu um pouco de fôlego ao sistema, continuando altamente dispendiosa sua manutenção, visto que os segurados continuam a se aposentar em idade produtiva.

A medida mais racional a ser tomada é a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição da legislação previdenciária. Não se trata de tirar direito do trabalhador, este tem garantida aposentadoria por idade, por invalidez e especial, que já cumpre com a finalidade protetiva. É questão de tornar o sistema mais justo e solidário, cuidando de quem realmente precisa de proteção contra os infortúnios da vida. E também não será o primeiro benefício excluído do RGPS; auxílio-natalidade, auxílio-funeral e pecúlio são alguns dos benefícios extintos por não mais adequados ao modelo de previdência social brasileiro.

Não podemos nos olvidar de que o direito adquirido à aposentadoria, nas regras atualmente existentes, àqueles que, na data de sua extinção, já tenham cumprido todo o tempo de contribuição exigido para sua concessão deve ser preservado. O segurado que já tenha contribuído com 35 anos, homem, e 30 anos, mulher, reduzidos em 5 anos para professor, ambos os sexos, poderá requerer a aposentadoria por tempo de contribuição a qualquer momento, até mesmo após a sua extinção.

Os benefícios anteriormente concedidos, aos já aposentados, permanecem como estão, não sofrendo suspensão ou qualquer redução em seus valores. Além disso, aos que já contribuem ao sistema, mas não cumpriram os requisitos, devem ser criadas regras de transição para que não sejam pegos de surpresa em sua expectativa de direito.

A inexistência de risco social na aposentadoria por tempo de contribuição e sua significativa repercussão nos cofres públicos, devido à quantidade de benefícios em manutenção e os elevados valores dispendidos mensalmente, são motivos imperativos para uma reciclagem da previdência social com a extinção desta

aposentadoria do sistema. Essa medida deve ser concretizada na próxima reforma, sob pena de falência de todo o sistema previdenciário, para que no futuro se possa garantir o pagamento de benefícios indispensáveis ao segurado e seus dependentes.

REFERÊNCIAS

BALERA, Wagner. Aposentadoria por tempo de contribuição – limite de idade?.

Tribuna do Direito. Publicado em: 23 nov. 2011. Disponível em:

<<http://www.tribunadodireito.com.br/blog-colunista-detallhes.php?codNoticia=2130>>.

Acesso em: 14 fev. 2017.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____, **Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 17 fev. 2017.

_____, Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991. **Vade Mecum Compacto**. 10. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____, Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991. **Vade Mecum Compacto**. 10. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

COSTA, Eliane Romeiro. et al. Direito ou Opção para a Aposentadoria?: **Direito, Estado e Sociedade**, nº 8, p. 01-06. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, Jan-jul. 1996.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da; NOVELINO, Marcelo. **Constituição Federal**: teoria, súmulas, jurisprudência e questões de concursos. Salvador: Jus Podivm, 2010.

DIAS, Eduardo Rocha; MACÊDO, José Leandro Monteiro de. **Curso de direito previdenciário**. 3. ed. São Paulo: Método, 2012.

FERNANDES, Anníbal. **Comentários à Consolidação das Leis da Previdência Social**: PRORURAL – acidentes do trabalhador rural. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

FISCHLOWITZ, Estanislau. **Problemas Cruciaes da Previdência Social Brasileira em 1964**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário**. 9. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de Direito Previdenciário**. 9. ed. Salvador: Jus Podivm, 2012.

_____. **O Fim da Aposentadoria por Tempo de Contribuição**. Porto Alegre – RS. Publicado em: 06 out. 2010. Disponível em:

<<http://www.advocaciabarbosa.com.br/o-fim-da-aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

LEITE, Celso Barroso; VELLOSO, Luiz Paranhos. **Previdência Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1963.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de direito previdenciário**. 2. ed. São Paulo: Ltr – Ed. Previdenciária, 1985.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Fundamentos de direito da seguridade social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NOGUEIRA, Rio. **A crise moral e financeira da previdência social**. São Paulo: DIFEL, 1985.

PAULA, Sebastião Faustino de. **Curso de direito previdenciário**. Brasília: Vestcon, 2008.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social. 14. ed. rev. e atual. Niterói: Impetus, 2012.